

## **O contador de estórias e o legislador: uma terceira figura entre a verdade e a política\***

**The storyteller and the legislator: a third figure between truth and politics**

***Davi Mendes Caixeta***\*\*

### **Resumo**

A verdade e a política têm uma relação complicada, tensa, em que a política, muitas vezes, tende a manipular a verdade, especialmente no que diz respeito à verdade factual. A realidade é apresentada de forma distorcida, levando ao surgimento da mentira, da falsidade deliberada. Diante disso, Hannah Arendt apresenta a figura do contador de estórias, um terceiro desinteressado e imparcial, capaz de dizer a verdade dos fatos através de uma opinião próxima à realidade. De maneira semelhante, Rousseau, muitos anos antes, propôs a figura do legislador, aquele que tem o intuito de instruir a opinião pública e redigir as leis de um país, mas sem governar o povo. Assim, busca-se compreender a relação entre o contador de estórias de Arendt e o legislador de Rousseau, suas semelhanças e suas diferenças, tendo em vista a complexa relação entre a política e a verdade.

---

\* Artigo recebido em 05/11/2015 e aprovado para publicação em 23/05/2016.

\*\* Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Bacharel em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Contato: [davicaixeta@gmail.com](mailto:davicaixeta@gmail.com).

**Palavras-chave:** política, verdade, Arendt, Rousseau.

## **Abstract**

Truth and politics have a tense and complicated relationship. Many times, politics seeks to manipulate truth, especially factual truth. The reality is shown in a distorted way, which may bring lie, deliberate falsity. Therefore, Hannah Arendt shows the figure of the storyteller, a third, uninterested and impartial person, who is able to say the truth about the facts, telling an opinion closer to reality. Similarly, Rousseau, years ago, proposed the figure of the legislator, who had the intention to instruct public opinion and to write the laws of the country, without governing the people. So, this work seeks to understand the relation between Arendt's storyteller and Rousseau's legislator, their similarities and differences, considering the complex relationship between politics and truth.

**Keywords:** politics, truth, Arendt, Rousseau.

## **Introdução**

Como se dá a relação entre a verdade e a política? Por que, em tantos momentos, a política busca superar a verdade, manipulando os fatos e usando da mentira para afirmar os interesses do poder dominante? No domínio da política é possível alguma forma de afirmação da verdade? Nesse caso, quem poderia empreender tal missão? Essas perguntas vêm questionando os pensadores da política, uma vez que o mundo da política é consensualmente visto como o lugar em que se prevalece a mentira, a falsidade deliberada, o autoengano e a autoilusão. No jogo político, a verdade, especialmente a verdade factual, é manipulada e distorcida, abrindo margem para a dominação do poder através da mentira.

Diante desse conflito, Arendt sugere a participação de uma figura exterior à luta pelo poder, como forma de superar o problema da mentira na política. Esse ser imparcial e desinteressado vem a ser o contador de histórias. São pessoas de existência solitária, como o filósofo, o artista, o juiz e o historiador, que não participam da disputa pelo poder político e, por isso, são capazes de propor uma narrativa dos

fatos que expressam uma opinião próxima à realidade. Outra figura semelhante é proposta por Rousseau, muitos anos antes, através de seu legislador, aquela inteligência superior e extraordinária, que vem instruir a opinião pública e redigir as melhores leis para um determinado país, mas sem se envolver diretamente no governo do respectivo povo.

Dessa forma, a presente reflexão busca contextualizar a tensão na relação entre política e verdade, considerando-se a mentira no cenário político. Em seguida, apresenta-se a figura do contador de estórias, conforme descrito por Hannah Arendt no texto "Verdade e Política", que tem a função de narrar a verdade dos fatos de forma imparcial. Depois, relaciona-se essa personagem de Arendt ao legislador de Rousseau, salientando as semelhanças e as diferenças dessas duas figuras. Por fim, retoma-se o questionamento sobre a verdade e a política, considerando a angústia de que a verdade somente pode aparecer no jogo de poder através de uma pessoa independente e imparcial.

## **1. A verdade e a mentira na política**

Os seres humanos parecem ter uma inclinação natural para a busca da verdade. O homem, diante dos mistérios da natureza, busca refletir sobre as causas e efeitos das coisas, desvendando os princípios mais elementares e dando explicações razoáveis para os diversos fenômenos. Ele também busca conhecer a si mesmo, o outro, suas relações na sociedade. A busca por princípios, fundamentos, causas e efeitos, seja no que diz respeito aos fenômenos da natureza seja sobre a construção da coletividade, precisa ser pautada num conhecimento claro, certo e seguro, isto é, na verdade.

Contudo, a busca pelo conhecimento verdadeiro enfrenta um grande impasse quando ele é colocado na teia das relações de poder. No contexto da política, frequentemente a verdade e o poder são concebidos como duas coisas contraditórias ou incompatíveis. Enquanto que a política se refere ao debate entre as várias opiniões em que uma delas se sobressai pela persuasão, a verdade se impõe despoticamente, com a pretensão de ser uma afirmação inabalável, já que ela não admite outra coisa senão ela mesma.

Não raramente, a verdade é depreciada diante das relações de poder, uma vez que suas declarações não são páreas para o embuste e para a imoralidade da política (ARENDR, 2011, p.283). Qualquer busca por uma verdade absoluta é vista como um problema e posta em total descrédito, uma vez que o conhecimento verdadeiro se torna algo a ser construído pela sociedade, um produto do consentimento entre os vários homens. A verdade pode chegar a ser totalmente sacrificada no mundo

da política, sendo que sua aniquilação se torna necessária para garantir a permanência das relações de poder.

A tensão entre verdade e poder ganha uma complexidade própria quando diz respeito às verdades factuais. Com relação às verdades racionais ou filosóficas, o poder tem maior dificuldade de manipulá-las, porque essas verdades racionais exorbitam o domínio do poder. Já no caso das verdades factuais, estas são mais fáceis de serem modificadas pelo poder, uma vez que são combatidas em seu próprio terreno, quando é falsificada e mentirosamente negada (ibid. p.286). Nesse sentido, Arendt afirma:

As possibilidades de que a verdade factual sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sob o perigo de ser arditamente eliminada do mundo, não por um perigo apenas mas, potencialmente, para sempre. Fatos e eventos são sempre entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas e teorias – ainda que os mais desvairadamente especulativos – produzidos pelo cérebro humano; ocorrem no campo das ocupações dos homens, em sempiterna mudança, em cujo fluxo não há nada mais permanente do que a permanência, reconhecidamente relativa, da estrutura da mente humana. (ibid. p.287-288)

Um grande problema das verdades factuais, para serem afirmadas sem qualquer distorção, é que elas devem estar de acordo com os interesses de determinado grupo. Ao contrário, se elas se opõem ao lucro e ao prazer do poder dominante, serão recebidas com maior hostilidade do que nunca (ibid. p.293). Em outras palavras, as verdades factuais, mesmo que relatem acontecimentos aparentemente inegáveis, podem ser manipuladas para se adequarem à conveniência da política. A verdade factual se torna um alvo fácil para a falsificação dos acontecimentos, para a distorção dos fatos, para a mentira.

O perigo da distorção da realidade dos fatos e da mentira se torna mais complexo porque os fatos, ao passar pelo crivo do entendimento humano, são submetidos a algum tipo de interpretação. A história mostra que os fatos não podem ser determinados nem relatados sem interpretação. Por isso, um fato que não estiver de acordo com os interesses do grupo dominante, pode sim ser contado de acordo com uma perspectiva específica sem comprometer o *status quo* vigente. Esse modo de contar os fatos é levado a tal nível de distorção que a própria narrativa nada tem mais a ver com o evento original. Entretanto, a distorção ou a manipulação da narração de um acontecimento não significa que não existem mais verdades factuais. Mesmo que um

determinado acontecimento seja contado por alguém de forma tendenciosa, o evento continua sendo o mesmo.

A fragilidade das verdades factuais abre espaço para um grande perigo, que é a mentira, a falsidade deliberada. Para Arendt, “a marca distintiva da verdade factual consiste em que seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, nenhum dos quais se reflete sobre a veracidade pessoal, e sim a falsidade deliberada, a mentira” (ibid. p.308). A mentira se relaciona com o poder de tal forma que ela transforma a realidade, se torna ação, almejando a consagração dos interesses de determinado grupo que está se beneficiando do poder político.

Essa tensão entre política, verdade e mentira mostra que o mundo da política é o lugar em que, frequentemente, vigora os jogos de interesses, a disputa pelo poder, a necessidade de assegurar a sobrevivência da sociedade a qualquer custo. Há um rompimento entre a política e a moralidade, uma vez que até mesmo a mentira se torna um instrumento de grande valor para aqueles que se colocam no jogo da disputa pelo poder e pela afirmação dos próprios interesses. Na política, há uma reviravolta, já que a mentira se torna um valor e a verdade é desconsiderada. O resultado do processo de substituição das verdades factuais por mentiras é a destruição do sentido orientador do mundo real (ibid. p.317-318).

Diante desse panorama calamitoso na política, resta perguntar: há ainda alguma forma de afirmação da verdade factual? Ou é necessário se conformar com a mentira? Há alguém ou alguma instituição, desprovida de qualquer interesse próprio, que venha narrar a veracidade dos fatos sem deturpá-los ou adequá-los a determinados interesses?

## **2. A opinião de um terceiro: o contador de estórias**

A narração de um fato é política por natureza, já que sempre envolve a relação entre várias pessoas, referindo-se a diversas circunstâncias nas quais muitos são envolvidos. A verdade factual, quando é revelada no cenário social, requer testemunhas que narrem o acontecimento e que atestem sua veracidade (ibid. p.301). Dessa forma, esse tipo de verdade é política, porque se reveste de opinião, porque os acontecimentos são testemunhados e interpretados pelos agentes políticos das mais diversas formas possíveis, sob as diferentes perspectivas.

Se, por um lado, há uma tendência de transformar a verdade em opinião, quando aquela é colocada no espaço público, por outro lado, o processo de fermentação das opiniões no debate político produz um

universo racional que almeja a configuração da verdade. Nesse momento, busca-se uma identidade entre a opinião e a verdade, para que aquela se torne, no domínio público, a opinião verdadeira (NASCIMENTO, 1989, p.68).

A opinião, conforme entendida aqui, não é vista de acordo com a tradicional dicotomia entre verdade e opinião. Esta concepção de opinião não é considerada como um conhecimento vago e impreciso, enquanto que a verdade seria um conhecimento mais preciso. Tampouco se quer referir à opinião como uma espécie de preconceito ou como um tipo de manifestação equivocada de uma pessoa. A opinião nesse contexto adquire outro sentido, ela se refere ao pensamento da coletividade, significa um julgamento público, um olhar do outro, uma estima pública, uma reputação (ibid. p.37-38).

Como a verdade factual, no campo da política, se reveste de opinião e se torna uma espécie de julgamento público, decorrente do louvor ou da reprovação pública sobre determinada coisa, há a necessidade de bem formar e esclarecer tal opinião. Para que ela se caracterize como instância julgadora, é necessário um processo de esclarecimento e formação do público, para que ela se livre de qualquer mentira, falsidade, preconceito ou erro (ibid. p.40). Diante disso, é necessário analisar é possível bem formar o público e sua respectiva opinião.

O processo de formação da opinião se dá na praça pública, no debate entre os vários atores do cenário político. Enquanto que as verdades racionais e filosóficas envolvem apenas um ser humano com seus próprios pensamentos, a opinião exige uma pluralidade de pessoas, que vem expor seus pensamentos umas às outras. O processo de formação da opinião não se dá no isolamento, como acontece com as verdades da meditação filosófica, mas no mundo da interdependência universal. Além disso, salienta-se que o processo de formação da opinião exige um colocar-se no lugar do outro de forma livre e desinteressada:

O próprio processo de formação da opinião é determinado por aqueles em cujo lugar alguém pensa e utiliza sua própria mente, e a única condição para esse exercício da imaginação é o desinteresse, a liberação dos interesses privados e pessoais (ARENDRT, 2013, p.299).

Como a opinião pública é intrínseca ao âmbito político, a formação da opinião verdadeira corre os riscos de manipulação e deturpação. Tanto a opinião como a verdade factual, por serem submetidas a interpretações, são coisas não evidentes e ambas requerem testemunhas que venham atestar sua veracidade ou sua realidade (ibid. p.300-301). Uma consequência da não evidência das opiniões e das verdades factuais é que

elas se tornam vulneráveis à interpretação parcial e à mentira. Assim como os fatos que contrariam o prazer e o interesse do poder são recebidos com hostilidade, toda opinião que se mostrar contrária aos interesses particulares do grupo dominante também será rechaçada, podendo levar a destruição daqueles que partilham desse tipo de opinião.

Apesar de toda fragilidade da verdade factual e da opinião no cenário político, mesmo que a persuasão e a violência da mentira busquem destituir a verdade da política, a mentira ou a falsidade jamais a substituirá (ibid. p.320). Pode acontecer que a verdade saia perdedora de seu choque com a política, mas jamais se pôde nem se poderá descobrir e excogitar um substituto viável para ela. Por isso, a mesmo que a verdade pareça ter sido aniquilada do contexto da política, a verdade persevera, mesmo que seja através de um incômodo ou de uma assombração, para aqueles que se inserem na disputa pelo poder político.

A verdade factual e a opinião verdadeira ainda têm condições de se impor contra a mentira na política. Para isso, é necessário se situar numa posição exterior ao próprio jogo político (ibid.). Isso significa que, para que as opiniões sejam manifestadas de forma verdadeira, livre e imparcial, as pessoas ou instituições que narram a verdade dos fatos não devem estar inseridas nas disputas políticas, precisam ser protegidas contra a fúria dos interesses dos grupos detentores do poder. De acordo com Arendt, a narração da verdade dos fatos e das opiniões livres e desinteressadas deve ser feita por um terceiro, alguém de existência solitária:

O ponto de vista exterior ao domínio político – isto é, à comunidade à qual pertencemos e ao convívio de nossos semelhantes – caracteriza-se nitidamente como um dos vários modos de existência solitária. Entre os modos existenciais de dizer a verdade sobrelevam-se a solidão do filósofo, o isolamento do cientista e do artista, a imparcialidade do historiador e do juiz e a independência do descobridor de fatos, da testemunha e do relator (ibid. p.320).

Todas essas pessoas de existência solitária – o filósofo, o cientista, o artista, o historiador, o juiz, a testemunha e o relator – diferem em muitos aspectos entre si, mas todas “têm em comum a circunstância de, enquanto qualquer deles perdurar, não ser possível nenhum compromisso político e nenhuma aderência a uma causa” (ibid. p.321). Essa suposta liberdade diante dos interesses políticos é que as possibilita de narrar os fatos de forma verídica, do contrário elas se poriam em conflito com as exigências dos envolvidos na política.

Tais personalidades têm a missão de narrar a verdade dos fatos, agrupando-os em uma estória que lhes confira algum sentido. Não se trata aqui de estórias surgidas a partir da aglutinação desordenada ou

vários episódios, fictícios ou reais, mas estórias que busquem expressar uma grande parte do conjunto dos fatos de forma coerente, em forma de uma narração. Esta é a estória construída pelos contadores da verdade dos fatos. Dessa forma, o filósofo, o cientista, o artista e o juiz se tornam contadores de estórias, uma vez que se propõem a dizer a verdade de vários fatos, os eventos da história humana, relacionando-os uns com os outros e, sobretudo, com a própria realidade.

Além disso, o contador de estórias, quando vem narrar a realidade, acaba por expressar as verdades factuais e contribuir para a formação da opinião pública. É preciso salientar que essa narrativa transcende a mera erudição. Não é por meio da violência ou do medo, nem exclusivamente pela retórica que o contador de estórias convence o seu interlocutor. Mas é a própria difusão da verdade e a formação da opinião que se põem como imperativo que deve guiar a ação dessas pessoas, como acontece, por exemplo, com os intelectuais e as descobertas decorrentes de suas pesquisas (NASCIMENTO, 1989, p.64).

No contexto da sociedade atual, Arendt destaca duas instituições que são capazes de dizer a verdade dos fatos: as universidades e os tribunais. No caso das instituições de ensino superior, elas devem fomentar o surgimento de intelectuais, para que estes empreendam a busca pelo conhecimento verdadeiro, supostamente desinteressado do jogo político, com o objetivo de formar uma opinião pública melhor esclarecida. Já os tribunais devem ser compostos por juízes imparciais, com atribuições e meios para questionar a ação dos detentores do poder governamental, denunciando e julgando as situações de injustiças, especialmente aquelas cometidas por meio de mentiras e autoenganos. Apesar de todos os problemas e desafios que as universidades e os tribunais enfrentam, sobretudo no que diz respeito à garantia de sua liberdade e imparcialidade, esses dois locais se configuram como uma espécie de refúgio da verdade (ibid. p.322).

Os contadores de estórias, homens de letras desinteressados do jogo político, têm a missão de narrar a verdade dos fatos no cenário político. Essa missão não é nada fácil, porque constantemente eles se deparam com um rol imenso de opiniões falsas, narrativas falsificadas, mentiras deliberadas, cabendo-lhes a função de afastar os erros e as opiniões falsas (NASCIMENTO, 1989, p.74). Eles são capazes de mostrar a realidade aos agentes que estão imersos no jogo político, no sentido de ajudar a todos no esclarecimento das opiniões e na conscientização das consequências de cada ação.

### 3. Outro terceiro: o legislador de Rousseau

Hannah Arendt não foi a primeira que pensou a necessidade de uma figura externa ao jogo político, para colaborar com a formação e esclarecimento da opinião pública. Alguns séculos antes, Jean-Jacques Rousseau, no *Contrato Social*, também viu a necessidade de uma inteligência superior, capaz de ajudar o povo na constituição de suas leis, mas sem qualquer tipo de recompensa ou reconhecimento pessoal. Esse ser, que mais parece uma espécie de deus e grande conhecedor da natureza humana, tampouco deve participar de qualquer paixão humana, sendo independente de todos e dedicando-se ao povo de forma desinteressada. Nesse mesmo sentido, Rousseau escreve:

Para descobrir as melhores regras de sociedade que convenham às nações, precisar-se-ia de uma inteligência superior, que visse todas as paixões dos homens e não participasse de nenhuma delas, que não tivesse nenhuma relação com a nossa natureza e a conhecesse a fundo; cuja felicidade fosse independente de nós e, contudo, quisesse dedicar-se a nós, que, finalmente, almejando uma glória distante, pudesse trabalhar num século e fruí-la em outro. Seriam precisos deuses para dar leis aos homens (ROUSSEAU, 1999, p.109).

Esse homem extraordinário de Rousseau, tal inteligência superior e grande conhecedora da natureza humana, não é outra figura senão o legislador. No entanto, essa personalidade não é um legislador conforme entende o senso comum atual, um representante do povo, eleito para compor uma assembleia e se debruçar sobre a produção das leis. O legislador de Rousseau é uma pessoa que não se insere no governo do povo, tampouco é magistratura ou soberania, mas tem um papel bastante peculiar, porque ele vem governar as leis. Em seguida, observa-se como Rousseau define esse legislador e o respectivo ofício:

O Legislador, sob todos os aspectos, é um homem extraordinário no Estado. Se o deve ser pelo gênio, não o será menos pelo ofício. Este não é magistratura, nem é soberania. Tal ofício, que constitui a república, não pertence à sua constituição, por ser uma função particular e superior que nada tem de comum com o império humano, pois, se aquele que governa os homens não deve governar as leis, o que governa as leis não deve também governar os homens: de outra forma, suas leis, instrumentos de suas paixões, frequentemente não fariam mais do que perpetuar suas injustiças e jamais ele poderia evitar que pontos de

vista particulares alterassem a integridade de sua obra (ibid. p.110-111).

A pessoa do legislador é compreendida como alguém que vem ajudar no esclarecimento da opinião pública e na formação de uma vontade geral, para que as leis de determinado país sejam mais coerente com os interesses públicos. Sua função na política é redigir as leis. Para isso, Rousseau coloca duas condições: a) um ofício acima das forças humanas, com recurso a uma sabedoria divina; b) uma autoridade que nada é para executar as próprias leis que ajudou a redigir (ibid. p.111). Isso mostra que Rousseau se preocupou em assegurar a imparcialidade e a independência do legislador quanto às paixões humanas e também quanto ao jogo político.

Essas condições do legislador de Rousseau se aproximam bastante das características do contador de estórias de Arendt. Numa primeira leitura, observa-se que as duas figuras são grandes inteligências, externas às relações do poder político, buscando principalmente a formação e esclarecimento da opinião de determinada sociedade. Assim como o legislador é uma inteligência extraordinária que vem ajudar a redigir as leis de um país, o contador de estórias também se coloca como uma inteligência a parte, narrando a verdade dos fatos de forma desinteressada. Da mesma forma que o legislador contribui para a formação da opinião pública, através do esclarecimento do povo sobre quais leis lhes são mais convenientes, o contador de estórias também ajuda a sociedade com a opinião pública a partir da verdade dos fatos, buscando afastar toda espécie de mentira ou de falsificação deliberada.

Essas duas personagens também podem ser vistas como homens de letras. Como exemplo de contador de estórias, a própria Arendt elencou uma série de homens de vida solitária, ou seja, uma vida dedicada aos estudos, como acontece com o filósofo, o juiz, o artista, o historiador, todos eles dotado de grande sabedoria sobre as relações humanas. Para Rousseau, o legislador, cuja função na sociedade requer uma inteligência superior, também se assemelha aos homens de letras ou, pelo menos, a sua parcela mais sadia. O trabalho incessante desses homens de letras, seja o legislador ou o contador de histórias, é contribuir para difundir as luzes e formar a opinião pública, erradicando da sociedade seus antigos preconceitos e superstições (NASCIMENTO, 1989, p.57).

Além disso, tanto o legislador como o contador de estórias têm em comum a característica de serem terceiros imparciais ao jogo político. O legislador de Rousseau ajuda apenas na redação das leis. Ele não participa do governo do povo e, por isso, tem maior liberdade e desinteresse para propor leis que venham a beneficiar o interesse público, sem priorizando sua vontade particular. O legislador não busca nem honras nem glórias pelo seu ofício, mas ele o deve fazer de forma

desinteressada, assegurando a imparcialidade de tal função. Nesse mesmo sentido, o contador de estórias de Arendt é uma pessoa ou uma instituição livre, independente e imparcial. Aquele que vem narrar a verdade dos fatos, por não estar inserido na disputa pelo poder político, para não manipular nem distorcer a realidade, buscando uma interpretação dos fatos que sejam mais coerentes. Assim, tanto o legislador como o contador de estórias são figuras livres diante das próprias paixões e dos interesses políticos.

Entretanto, apesar das várias semelhanças, não se pode afirmar que o legislador de Rousseau e o contador de estórias de Arendt são exatamente as mesmas figuras. Mesmo que eles tenham características comuns bem definidas, eles ainda se distinguem em certos aspectos. A primeira diferença entre os dois está precisamente na função que cabe cada um. O legislador é uma inteligência superior que se coloca na sociedade para instruir a opinião pública e colaborar para que a vontade geral seja traduzida em leis que venham a beneficiar todo o povo. O legislador é um grande conhecedor da cultura de determinado povo e sua participação na política, mesmo que não governando o povo, envolve o governo das leis ao redigi-las. Já o contador de estórias não participa do jogo político, nem da redação das leis, muito menos do exercício do governo. Apenas indiretamente é que o contador de estórias influencia a política, quando manifesta a verdade dos fatos, contando a realidade através de uma narrativa, para que os homens que estão inseridos no jogo político se sirvam dessas estórias para a formação de sua opinião.

Outra diferença está no fato de que o legislador, quando empreende seu ofício de esclarecer a opinião pública, ajuda o povo na formação de leis que correspondam a sua cultura, tendo em vista os limites do próprio povo. Nesse sentido, Rousseau lembra que a constituição de um povo deve adequar-se à "estatura" do próprio povo (ibid. p.119), por isso o legislador propõe um conjunto de leis que sejam condizentes com as características de determinado povo. Já o contador de estórias, ao narrar a verdade dos fatos, busca e interpreta a realidade da forma mais verossímil possível. A verdade dos fatos é a meta do contador e sua interpretação requer um nível de independência e imparcialidade que se coloca de forma impositiva a qualquer cultura, a qualquer povo. Enquanto que o legislador ajuda a opinião pública com esclarecimentos na medida de suas possibilidades, o contador de estórias forma a opinião pública através da revelação da realidade, com uma interpretação a mais imparcial possível.

Essas diferenças entre o legislador de Rousseau e o contador de estórias de Arendt se explicam pelos diferentes contextos históricos em que cada pensador estava inserido. Enquanto que Rousseau observou que uma sociedade requer a participação de uma inteligência superior e extraordinária no processo de constituição das leis do povo, Arendt se

preocupou em mostrar os limites da política com relação à verdade, colocando a necessidade de uma figura externa ao jogo político que a revelasse a realidade de forma desinteressada. Apesar dessas diferenças, algo que marca esses dois pensadores é a inserção de um elemento externo ao jogo político, uma terceira pessoa. A terceira pessoa de Arendt é o contador de histórias e de Rousseau é retratada como o legislador.

## **Conclusão**

A verdade e a política têm uma relação complexa, revelando muitas tensões e contradições entre elas. Muitas vezes a política manipula a verdade, subjugando-a e contando a realidade de acordo com seus próprios interesses. A verdade, especialmente a verdade factual, aparentemente indefesa diante da política, é transformada em mentira, uma falsidade deliberada, levando à formação de opiniões que tendem a corroborar para as situações de dominação. Aqueles que detêm o poder são capazes de deturpar os fatos e afirmar uma opinião que seja mais conveniente aos seus interesses particulares. Para isso, não medem esforços para destruir todos aqueles que não concordarem e se opuserem às suas vontades e opiniões.

Para superar essa tensão e resgatar os resquícios da verdade diante da política, é necessário introduzir um elemento externo ao jogo de poder. É preciso se recorrer à opinião de terceiros, pessoas bem formadas e esclarecidas, homens de letras que sejam capazes de dizer a verdade de forma independente e imparcial, sobretudo no que diz respeito à verdade dos fatos. Arendt propõe a figura do contador de histórias, um ser de existência solitária, que não participa da disputa pelo poder e, por isso, é capaz de narrar os fatos e reconciliar a opinião com a realidade. Rousseau, por sua vez, traz a figura do legislador, uma inteligência superior e extraordinária, que tem a função de governar as leis, mas sem governar os povos, buscando esclarecer a opinião pública. Seja através da primeira ou da segunda figura, a verdade apenas vem sobrepujar os interesses e jogos do poder quando é colocada externamente à política.

## **Referências**

ARENDR, Hannah. "Verdade e Política". In. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução*. São Paulo: EDUSP, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.